

## Decidido o reajuste, assembléia se ocupa dos demais itens da pauta conjunta do Fórum das Seis

**A**ssembléia da Adusp realizada em 15/5 considerou que face às dificuldades de mobilização não foi possível avançar quanto ao reajuste de 14,45% obtido nessa data base. Na reunião de 14/5, o único “avanço” registrado quanto às reivindicações salariais das universidades foi o compromisso, assumido pelo presidente do Cruesp, de realizar nova negociação salarial em novembro, caso solicitado pelo Fórum das Seis.

Os professores **Ciro Correia** (presidente da Adusp), **Américo Kerr** e **Francisco Miraglia**, que integraram a bancada do Fórum das Seis nas negociações com o Cruesp, deram informes sobre a reunião. No geral as discussões com os reitores ocorreram em clima de diálogo mais objetivo e conseqüente em relação a negociações de data-base anteriores, mas isso não foi suficiente para permitir avanços no tocante ao índice de reajuste e à definição de critérios para recomposição periódica dos salários entre as data-base.

Por outro lado, avançou-se na definição da agenda para discussão dos demais itens

da pauta. No próximo dia 10/6, Cruesp, Fórum das Seis e DCEs estarão tratando da questão da assistência estudantil e da questão previdenciária. Em seguida será marcada reunião para tratar das perseguições políticas contra pessoas e entidades nas três universidades, e definida a agenda para os demais pontos.

### **Ceteps**

No tocante ao problema dos reajustes do Centro Paula Souza (Ceteps), o professor **Melfi** (presidente do Cruesp) comprometeu-se a: 1) procurar conseguir as informações da comissão constituída no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia que, encarregada de estudar a questão há dois anos, até hoje não disse a que veio; e 2) solicitar à Secretaria da Ciência e Tecnologia que repasse ao pessoal do Ceteps o reajuste concedido às demais categorias representadas pelo Fórum das Seis na atual data-base, conforme reivindicado na reunião pelo Sinteps, sem prejuízo da discussão dos demais pontos.

O presidente do Cruesp também reconheceu que a situação “não pode perma-

necer como está”, devendo o governo olhar para o Ceteps no contexto das suas responsabilidades com o ensino público superior e tecnológico no Estado. Desde 1996 os 8.000 docentes

e funcionários do Ceteps deixaram de receber os reajustes concedidos ao Fórum das Seis.

*(Leia na página 2 o relato completo das negociações de 14/5 com o Cruesp.)*

## Decisões da assembléia de 15/5

Quanto aos encaminhamentos relativos aos demais itens da pauta conjunta do Fórum das Seis que permanecem na agenda de negociação da data-base com o Cruesp, a assembléia aprovou:

- Retirar da pauta o item relativo ao indicativo de greve.
- Suspender o caráter de Assembléia permanente.
- Reunião do CR da Adusp para o dia 22/5, com a seguinte pauta:
  - a) relatórios da diretoria; e
  - b) defesa da Previdência Pública: discussão do ato de lançamento da Revista Adusp sobre o tema, indicativo do Fórum das Seis de paralisação e ato pela Previdência e assistência estudantil no próximo dia 10/6 (data da próxima reunião com o Cruesp, desta vez para discutir assistência estudantil e Previdência com a presença dos DCEs).
- Marcar para 27/5 a próxima assembléia da Adusp, com a seguinte pauta:
  - a) exigência estatutária dos relatórios da tesouraria e das atividades da diretoria;
  - b) encaminhamentos relativos à luta em defesa da Previdência Pública.

## Adusp renova Diretoria e CR em eleição nos dias 28 e 29/5 (p. 4)

# Relato da reunião de negociação com o Cruesp em 14/5

**I**nciada a reunião, o professor **Ciro Correia**, coordenador do Fórum das Seis, reafirmou que, no entendimento de todas as entidades ali representadas, os DCEs também deveriam estar presentes. Em seguida apresentou ao Cruesp os seguintes pontos:

1. Na avaliação de quase a totalidade das assembleias, o índice de 14,45% é insuficiente. Solicitamos, portanto, que o Cruesp se manifeste quanto à sua elevação;

2. As assembleias decidiram unanimemente que é necessário estabelecer reajustes periódicos entre as datas-base. Solicitamos que o Cruesp apresente sua proposta;

3. A reunião para discutir os itens 4 e 10 da pauta conjunta (assistência estudantil e previdência), com a presença dos DCEs, precisa ser adiantada e marcada para um dia da primeira semana de junho;

4. Queremos saber o que os reitores vão fazer em relação ao reajuste dos funcionários e professores do Centro Paula Souza.

## Resposta do Cruesp

Em relação ao primeiro item, o Cruesp insistiu nos argumentos já apresentados na reunião de 12/5 (previsão da queda da inflação, comprometimento acima de 90% da Unesp e Unicamp com os 14,45% etc.) e foi taxativo na posição de que o reajuste de 14,45% é o limite e que não seria elevado.

Sobre os critérios para reajustes periódicos também não houve modificação: o Cruesp tomaria a iniciativa de marcar nova reunião de negociação, ou mesmo anteciparia a data-base, no caso de recrudescimento da inflação ou melhora significativa da arrecadação. Este quadro

propiciaria a queda no comprometimento com salários nos orçamentos das universidades.

Insistiu-se que era necessário e possível estabelecer parâmetros claros que permitissem definir nova negociação. Como não havia avanço, as entidades do Fórum assinalaram que seria mais do que razoável que a decisão sobre as condições em que se justificaria uma nova reunião não ficasse exclusivamente nas mãos do Cruesp.

Argümentou-se que as entidades têm a responsabilidade de acompanhar a evolução dos recursos das universidades, e somente pleitear nova negociação diante de fatos objetivos. Afirmamos também que era necessário mudar a sensação existente de que o Cruesp só se dispõe, efetivamente, a negociar reajustes entre as datas-base sob pressão de greve.

De comum acordo, a reunião foi suspensa às 17h10 para avaliação, e retomada pelo Cruesp por volta das 18h00. Como a resposta dos reitores estava sendo impressa para somente ser lida e entregue às entidades, teve início a discussão sobre os demais pontos pendentes. Em resumo, as posições assumidas foram as seguintes:

Os reitores marcaram a reunião prevista para junho, com a presença dos DCEs, para 10/6. Alegaram que antes não seria possível por problemas de agenda, que se complicavam por conta da reunião da SBPC prevista para os dias 3 e 4/6, no Rio de Janeiro;



Mesa de negociação entre o Cruesp e o Fórum das Seis, em 14/5

Como havia o acompanhamento, fora do recinto da reunião, pela assessoria de imprensa da USP, foi solicitado e aceito que a assessoria de imprensa das entidades também possa estar presente nas próximas reuniões;

Em relação ao reajuste do Ceteps, o Cruesp comprometeu-se a solicitar à comissão criada há dois anos, no âmbito da Secretaria de C&T, para tratar dos vínculos do Ceteps com os demais órgãos do governo (sob coordenação do professor Massambani, atual secretário adjunto de C&T, e composta ainda pelos reitores ou representantes das três universidades, e por representante da administração do Ceteps), que agilize seus trabalhos e encaminhe para conhecimento da comunidade seu parecer. Comprometeu-se também a encaminhar ofício ao Governo do Estado solicitando que seja dado, de imediato, um reajuste de no mínimo 14,45% aos funcionários e docentes do Ceteps.

## Nova negociação

Em seguida o presidente do Cruesp leu o Ofício Cruesp 15/2003, já divulgado através do USP-Urgente

79, de 14/05/2003, que contemplaria a possibilidade de haver reunião em novembro, caso as entidades do Fórum entendam existirem condições objetivas que a justifiquem.

Manifestamos a dúvida de que essa possibilidade, de acordo com o texto, permanecia condicionada à avaliação subjetiva e ainda sob decisão exclusiva do Cruesp.

O professor Melfi esclareceu, então, de modo enfático, que não era esse o entendimento: o Cruesp estava assumindo o compromisso de marcar reunião de negociação em novembro caso o Fórum das Seis solicitasse.

Esclarecimento feito, definiu-se:

- Será encaminhada ao Fórum das Seis a consolidação dos gastos com assistência estudantil nas três universidades até o dia 20/5.

- Para a reunião de 10/6, as entidades já terão também disponíveis as planilhas de maio.

- Em comum acordo com o Fórum das Seis, as próximas reuniões das comissões técnicas ficam marcadas para o início de agosto e início de novembro, com uma reunião adicional entre estas em data a ser oportunamente definida.

# GT Fundações é dividido em 4 sub-grupos

*Temáticos, eles deverão elaborar propostas a serem votadas a partir da próxima reunião do GT, em 6/6*

O coordenador do GT Fundações, professor Luiz Nunes, propôs em reunião de 7/5 a constituição de quatro grupos de trabalho, os quais deverão elaborar propostas e textos a serem debatidos e votados a partir da próxima reunião do GT. Os temas dos grupos de trabalho são: I) Ambiente Interno (incluindo as discussões sobre RDIDP e sugestões para tornar a USP mais ágil), II) Conceito do Relacionamento, III) Governança e Gestão e IV) Informação e Conhecimento.

A proposta para constituição de tais grupos temáticos surgiu na fase final da reunião, após a Adusp se manifestar contrariamente a uma definição rápida de pontos consensuais discutidos pelo GT Fundações. A rápida definição de quais sejam os pontos consensuais serviria para “limpar a pauta” do GT. A delegação da Adusp discordou dos argumentos apresentados de que os avanços do GT nas últimas reuniões foram pequenos.

Assim, também não foi realizada a enquete que o professor Luiz Nunes havia sugerido em reunião anterior (23/4), e que visaria definir quais tópicos devem constar de um relatório final a ser organizado pela comissão. “Alguns pontos ainda precisam ficar mais claros, precisam ser melhor discutidos”, afirma o professor João Zanetic (IF). “A não flexibilização do RDIDP, por exemplo, é questão imprescindível para a Adusp.”

A bancada de representantes da Adusp avaliou que seria melhor não participar diretamente de nenhum dos sub-grupos, e sim elaborar propostas sobre cada um dos temas em pauta.

## Sem flexibilizar

A reunião contou também com apresentações dos professores Ari Plonski (Funda-

ção Vanzolini), Ciro Correia (Adusp), Gabriel Cohn (FFLCH) e Carlos Humes (IME).

O professor Plonski questionou se o GT tinha ou não competência para discutir tópicos importantes como a não flexibilização do RDIDP. Já o professor Ciro destacou a importância do RDIDP não flexibilizado como o regime de trabalho ideal numa universidade pública de qualidade, e ressaltou que atividades de cooperação com empresas e entidades externas à universidade que se justifiquem segundo critérios acadêmicos podem e devem ser realizadas sem que os docentes em RDIDP envolvidos tenham qualquer remuneração adi-

cional aos seus salários, pois entende que estas atividades de extensão fazem parte das atividades intrínsecas desse regime de trabalho.

O professor Cohn analisou as fundações “de apoio” existentes na USP do ponto de vista operacional, destacando os princípios básicos que ele considera relevantes para norteá-las, com ênfase na autonomia da universidade em detectar demandas da sociedade e convertê-las em problemas de pesquisa e no caráter público da universidade, entendido como uma orientação de conduta para o que concerne a todos.

O professor Humes fez considerações de caráter adminis-

trativo, especialmente no que diz respeito às interações da USP com entidades externas.

## Dados

Durante a reunião os participantes do GT receberam dados dos formulários Sicap disponibilizados integralmente por 18 fundações “de apoio”. Os dados serão avaliados e discutidos nas reuniões seguintes.

O GT Fundações terá mais quatro reuniões (a próxima reunião acontecerá em 6/6) e ao final delas deverá ser encaminhado ao Reitor e ao Conselho Universitário o documento final com as propostas resultantes destes quatro meses de discussões sobre o tema.

## CARTA

# Conselho de Veterinária contesta Jurídico

“Senhor Diretor,

Tem o presente a finalidade de solicitar uma divulgação de esclarecimento (...) no relativo à desinformação prestada pelo Informativo Adusp, nº 136, datado de 7 de abril de 2003. Lembrar aos médicos veterinários e zootecnistas que compõem o quadro de docentes desta casa de ensino que a Lei 5.517, de 23 de outubro de 1968, estabelece que o exercício da profissão de médico veterinário obedece à disposição da presente lei, no que diz os seus artigos 2º e 3º:

Art. 3º: ‘O exercício das atividades profissionais só será permitido aos portadores de carteira profissional expedida pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária ou pelos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária criados na presente lei.’

(...)

Art. 5º: ‘É da competência privativa (grifos nossos) do

médico veterinário o exercício das seguintes atividades e funções a cargo da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios Federais, entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista e particulares:

i) o ensino, a direção, o controle e a orientação dos serviços de inseminação artificial;

j) a regência de cadeiras ou disciplinas especificamente médico-veterinárias, bem como a direção das respectivas seções e laboratórios’.

É preciso lembrar que o Conselho não serve ao profissional médico veterinário, mas sim à profissão de Medicina Veterinária e Zootecnia. ‘Os profissionais não se associam ao Conselho, mas são inscritos nele.’ Isto significa que os CRMVs não são entidades associativas, mas sim órgão federal de regulamentação. Uma não

inscrição no Conselho não dá direito à Carteira Profissional (hoje com o exame de qualificação) o que resulta em ‘exercício ilegal da Profissão com possíveis processos éticos ou mesmo dívida ativa com a União’.

Atenciosamente,  
Prof. Dr. Flávio Prada,

CRMV-SP 0526  
Presidente *Pro Tempore*”

**Nota da Redação** - O autor da carta refere-se ao texto “Conselhos Regionais de Fiscalização”, publicado na seção “Informativo do Departamento Jurídico”, no Informativo Adusp 136. Recebemos outra carta, de teor semelhante, enviada pelo Conselho Regional de Enfermagem, que deixamos de publicar por falta de espaço. Ela será publicada na próxima edição, que também veiculará a resposta do Departamento Jurídico da Adusp a ambas as cartas.

# Adusp renova Diretoria e CR em eleição nos dias 28 e 29/5

As eleições para a Diretoria da Adusp (gestão 2003-2005) e para parte do Conselho de Representantes da entidade serão realizadas nos próximos dias 28 e 29/5. Serão eleitos representantes titulares e suplentes em 35 unidades da USP, e suplentes em duas unidades (confira lista no final desta matéria).

As inscrições encerraram-se às 18 horas do dia 16/5. Somente uma chapa inscreveu-se para concorrer à Diretoria: a chapa "Participação 2003-2005", que tem como candidato a presidente o professor Américo Sansigolo Kerr, do Instituto de Física.

Os demais nomes da chapa: 1º vice-presidente: professor Francisco Miraglia (IME); 2º vice-presidente: professor César Minto (FE); 1ª secretária: professora Lucília Borsari (IME); 2ª secretária: professora Raquel Casarotto (FM); 1º tesoureiro: professor Sérgio Meirelles (IB); 2º tesoureiro: professor Roberto Ramos Jr. (EP); diretores regionais: Piracicaba: professor Flávio Tavares (Esalq); Pirassununga: professor João Alberto Negrão (FZEA); Ribeirão Preto: professora Elenice Mouro Varanda (FFLC); São Carlos: professor Oziride Neto (ICMC).

## Unidades que deverão eleger representantes nesta eleição

Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Escola de Comunicações e Artes, Escola de Educação Física e Esportes, Escola de Enfermagem, Escola de Engenharia de São Carlos, Escola Politécnica, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Faculdade de Direito, Faculdade de Economia e Administração, Faculdade de Educação, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Faculdade de Medicina Veterinária e Zootec-

nia, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Odontologia de Bauru, Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos, Hospital Universitário, Instituto Astronômico e Geofísico, Instituto de Biociências, Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação de São Car-

los, Instituto de Eletrotécnica e Energia, Instituto de Estudos Avançados, Instituto de Estudos Brasileiros, Instituto de Física, Instituto de Física de São Carlos, Instituto de Psicologia, Instituto de Química, Instituto de Química de São Carlos, Instituto Oceanográfico, Museu de Arqueologia e Etnologia,

Museu de Arte Contemporânea, Museu de Zoologia, Museu Paulista, Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto.

## Unidades que deverão eleger suplentes

Faculdade de Medicina, Instituto de Matemática e Estatística.

## A CERT continua na pauta

A Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) tem sido alvo de constantes críticas ao longo dos últimos reitorados na USP. Não sem motivos: vivenciamos muitas arbitrariedades, como a mudança sumária de regime de trabalho, a exigência de relatórios a docentes que já haviam cumprido o período experimental no RDIDP, e o mecanismo do "desliga-liga", que obriga centenas de docentes a cumprir regime experimental do RDIDP por mais de oito anos, tempo máximo previsto regimentalmente.

Apesar de o Conselho Universitário haver deliberado, em 1996, que a avaliação individual dos docentes cabe às unidades, e que caberia à Comissão Permanente de Avaliação (CPA) fazer a avaliação institucional, a CERT continua a exercer um papel diferente daquele para o qual foi concebida, o de fiscalizar administrativamente os regimes de trabalho.

A Adusp tem lutado para restabelecer um ambiente de tranquilidade, para que os docentes não se sintam cotidianamente ameaçados por uma suposta "avaliação" de caráter persecutório e punitivo baseada em critérios quantitativos que apenas contribuem para empobrecer a complexidade e diversidade do trabalho acadêmico.

## Mudanças

Neste contexto, mais recentemente constatamos que não mais tem sido feita a exigência de apresentação de relatórios para os docentes que se concursavam já tendo cumprido o período experimental do RDIDP. Não temos notícias de que docentes tenham seu regime de trabalho modificado por decisão da CERT e nem tampouco que se continue a lançar mão do mecanismo perverso conhecido como "desliga-liga".

É nossa reivindicação que os docentes que ainda se encontram há mais de oito anos em regime de experimentação sejam considerados em caráter permanente no RDIDP, sem que nenhum outro relatório seja apresentado para este fim.

A Reitoria, em ofício à Adusp, comunicou a mudança na presidência da CERT, agora assumida pela professora Belmira Amélia Bueno, e informou que o tema será devidamente encaminhado.

Temos defendido a extinção da CERT e a consequente remoção das resoluções 3531 e 3533 das normas da USP, cujos conteúdos buscam validar a interferência da CERT em questões que não são de sua responsabilidade. Até que isso ocorra, esta comissão deve voltar a exercer a função de estrita

fiscalização dos regimes de trabalho.

## Precários

É bem-vinda a decisão da Reitoria de garantir vagas para os docentes doutores com mais de seis anos de trabalho na USP ou com título de livre-docente, caso estes não venham a ser indicados em concursos abertos em suas vagas. Porém, é preciso estabelecer o ingresso por concurso público e não mais por processo seletivo, sob pena de perpetuarmos uma forma de contrato ilegal e incompatível com a natureza da atividade acadêmica.

Vale lembrar o compromisso assumido pelo Reitor na reunião com o CR da Adusp em dezembro de 2002, de propor às unidades a discussão sobre a forma de ingresso nos quadros da USP. Os exemplos da FFLCH, que só contrata por concurso público, do Instituto de Física, cuja Congregação deliberou que somente seriam abertos concursos para ingresso naquela unidade e não mais processos seletivos, e do Departamento de Matemática do IME, que definiu o concurso público como a forma de contratação de docentes nos próximos dois anos, revelam que esse debate é importante e oportuno.